

O reino, as ilhas e o mar oceano

Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos

Coordenação
Avelino de Freitas de Meneses
João Paulo Oliveira e Costa

Vol. 1

CHAM



A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (Sécs. XVIII-XIX)

MARGARIDA DURÃES *

EMÍLIA LAGIDO **

Universidade do Minho

As migrações internas não têm tido, na historiografia portuguesa, o papel que merecem devido à obscuridade em que foram lançadas pelas emigrações internacionais. Foram estas que, consideradas como um factor estruturante da sociedade portuguesa¹, atraíram a atenção dos investigadores de todos os ramos das Ciências Sociais. Abordadas através dos vários olhares e perspectivas de sociólogos, antropólogos, geógrafos, economistas e historiadores as emigrações revelaram-se um campo fértil para a produção científica que sempre equacionou Portugal como uma grande região de «repulsão» enquanto o resto do Planeta se tornava numa enormíssima região de «atração».

No computo desta produção científica, o número de estudos da historiografia portuguesa e da historiografia dos países receptores dos nossos emigrantes não é de modo nenhum desprezível. Graças a ela conhecemos, por um lado, a antiguidade do fenómeno e, por outro, as origens geográficas e sociais dos emigrantes, os factores que influenciaram a decisão de saída, as regiões que os acolheram bem como o seu sucesso ou insucesso nas novas paragens.

Através de alguns testemunhos de que dispomos, sabemos que as raízes históricas do fenómeno remontam à Idade Média. Os portugueses aproveitando o surto comercial que então se verificou, formaram pequenas colónias de comerciantes nos principais portos do Mediterrâneo e do Atlântico Norte, para tratar não só dos seus negócios como dos interesses da Coroa portuguesa. Porém, é com a partida para o Norte de África e o início da expansão

* Professora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

** Investigadora do Núcleo de Estudos de População e Sociedade, do ICS, da Universidade do Minho, Mestre em História das Populações e Prof. do Ensino Secundário na Escola E. B. 2, 3 / S de Vila Nova de Cerveira.

¹ GODINHO, Vitorino Magalhães - *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 2.ª ed. Lisboa: Arcádia, 1975.

que os portugueses começam a deixar rastros bem visíveis da sua presença. Por exemplo, no primeiro terço do século XV e ao longo de todo o período moderno eles estão em Jerez de la Frontera atraídos pelas oportunidades comerciais oferecidas pelo porto de mar, mas, também, pela necessidade de mão-de-obra que já então se verificava nas regiões rurais da Andaluzia². Na segunda metade do século XVII e até aos alvares da contemporaneidade os estudos sobre migrações internas da historiografia espanhola continuam a detectar a presença de portugueses que, ao lado das gentes das várias regiões espanholas, acorrem às ceifas dos latifúndios da Andaluzia ou contraem matrimónio em cidades da Estremadura contribuindo, assim, para o seu povoamento e desenvolvimento³.

Em 1568, também há notícias de uma pequena colónia de portugueses, na cidade de Nantes, que verá o número dos seus membros crescer com a ocupação espanhola, verificando-se, nos registos paroquiais, cerca de 25 famílias de comerciantes portugueses entre 1585 e 1600⁴.

Mas não é só a Espanha interior ou marítima nem as cidades portuárias do Atlântico Norte que atraem os portugueses. A partir de 1415 eles partem para as conquistas do Norte de África, seguindo-se as ilhas atlânticas, as explorações e feitorias da costa africana, a Índia e depois o Brasil. Quantos partiram? De onde saíram? O que é que os moveu a abandonar a terra natal?

Não é fácil de fazer o estudo estatístico destes fluxos, mas, são bem conhecidos os relatos dos contemporâneos que chamam a atenção para esta «*vã glória*» do Império que numa sangria humana esvaziava os campos, as vilas e as cidades das gentes mais trabalhadoras e capazes para o desenvolvimento da agricultura e o incremento das artes e ofícios⁵. No entanto, apesar dos avisos angustiantes de todos os «*velhos do Restelo*» que do século XVI ao século XIX clamaram por medidas de fomento agrícola e industrial que permitissem fixar as gentes portuguesas, a hemorragia não cessará. Pelo contrário! No século XIX, os portugueses continuaram a escolher o Brasil como destino de sua preferência – apesar da sua independência – ao mesmo tempo que incrementavam as partidas para as colónias africanas que

² PÉREZ CEBADA, Juan Diego – «La emigración portuguesa a Jerez» in EIRAS ROEL, A. (coord.) – *Migraciones internas y médium-distance en España en la Edad Moderna*, Santiago de Compostela, 1993, pp. 733-746.

³ BLANCO CARRASCO, José Pablo – «Notas para un estudio sobre las migraciones y la movilidad geográfica en el entorno urbano extremeño» in *Revista de Demografía Histórica*, XXI, I, 2003, pp. 79-111.

⁴ CROIX, Alain – «Deux notes sur Nantes» in *Annales de Démographie Historique*, 1970, pp. 143-149.

⁵ LOBO, A. de Sousa Silva Costa – *História da Sociedade em Portugal no séc. XV*, Lisboa, 1904; TELLES, Basílio, *Carestia da vida nos campos*, Porto, 1903, pp. 68-122; MARTINS, J. P. de Oliveira – *Portugal Contemporâneo*, 3.º vol., Lisboa, 1953; ROWLAND, Robert – *População, Família, Sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*, Celta Ed., Oeiras, 1997.

era preciso ocupar e desenvolver, diversificando, paralelamente os destinos para fora do Império (América do Sul, América do Norte, Ásia).

No entanto, e apesar de tudo quanto se tem dito e escrito sobre o despovoamento de algumas regiões portuguesas, causado pelas emigrações, estes fluxos, segundo António de Oliveira, de 1891 a 1900, foram ultrapassados em mais de 30% pelas migrações internas⁶. A principal fatia caberá, assim, não às saídas para o exterior mas às deslocações no interior do próprio país. Estas, quer sejam temporárias, sazonais ou permanentes, teriam atingido, anualmente, uma massa enorme de homens (poucas mulheres) que num vaivém permanente percorriam o país de norte a sul, de leste a oeste, ou seja, das regiões de alta densidade e pressão demográfica para as de baixa densidade⁷. As migrações internas, com profundas raízes históricas, conduziram, ao longo de vários séculos, os habitantes do Minho até Lisboa, Setúbal, Cartaxo e várias cidades do Alentejo (Évora, Olivença, Elvas, Campo Maior, Mourão ou Jerumenha).

Mas, apesar da sua importância, as migrações internas são os parentes pobres não só da historiografia portuguesa mas também da historiografia europeia⁸.

Para tal, terá contribuído a escassez de fontes de que todos os historiadores se queixam bem como a dificuldade de um tratamento estatístico dos dados revelados por algumas delas. A maioria dos estudos existentes sobre as migrações internas, para o período anterior ao século XIX, repousa fundamentalmente nos registos paroquiais de casamento, nos assentos de óbitos dos ausentes e em algumas referências de entradas de doentes nos hospitais das Misericórdias⁹.

⁶ OLIVEIRA, António de – «Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900» in EIRAS ROEL, A. (coord.) – *Migraciones internas y médium-distance en España en la Edad Moderna*, Santiago de Compostela, 1993, p. 4.

⁷ J. Vicente Serrão in MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. 4, p. 54, refere o «enorme fosso [que] separava o superpovoamento do Noroeste e a extrema rarefacção do Alentejo». Em 1801, o Minho teria 26,3 fogos/km², enquanto o Alentejo apenas 3,2; SOUSA, Fernando e ALVES, Jorge Fernandes – *Alto Minho. População e Economia dos finais de Setecentos*, Ed. Presença, Lisboa, 1997, pp. 31-38.

⁸ EIRAS ROEL, António, «Migraciones Internas y Medium-Distance en España en la Edad Moderna» in EIRAS ROEL, A. (coord.) – *Migraciones internas y médium-distance en España en la Edad Moderna*, Santiago de Compostela, 1993, p. 61.

⁹ LOBO, Marta – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (sécs. XVI-XVIII)*, Ed. Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, 2000, p. 653; ABREU, Laurinda – *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage Editores, 1999; PICÃO, José da Silva – *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1983; CARDADOR, José de Carvalho Asseis-seira – *Subsídios para o estudo da Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra de Magos*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1970. Dissertação de licenciatura; COSTA, Américo da Silva, «O movimento do hospital da Santa Casa de Guimarães (1702-1728)» in *Actas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora*, Évora, Hospital do Espírito Santo, 1996.

Destes trabalhos resulta um conjunto «assistemático, disperso por monografias de carácter local ou regional que apenas permite esboçar as linhas de tendência da geografia das correntes migratórias no período moderno»¹⁰. Porém, a partir de 1760, para algumas regiões de Portugal, dispomos do registo dos passaportes internos que, pela sua especificidade, é a fonte documental própria para o estudo das migrações internas. Comerciantes, negociantes e caixeiros, vendedores ambulantes e feirantes, estudantes, religiosos e eclesiásticos, militares, marinheiros ou homens do mar, artesãos dos mais variados ofícios, pedreiros, lavradores, «*homens ganhões*» e «*homens que andam caminhos*» são algumas das referências sócio-profissionais indicadas nesta documentação e que nos possibilitam o traçado do perfil dos migrantes que circulavam nas estradas de Portugal ou partiam embarcados para a capital à procura de um futuro mais promissor que a sua terra de origem lhes parecia recusar.

Todavia, de entre todos os grupos de trabalhadores que se deslocavam, temporária e sazonalmente, para fora das suas terras de origem, chamaram-nos a atenção as movimentações dos pedreiros do Alto Minho.

Profissão especializada, cuja aprendizagem era iniciada na infância através de conhecimentos e técnicas transmitidas de geração em geração, de pais a filhos, o trabalho da pedra, ou a «*pedraria*» como tantas vezes é designado, é apanágio de alguns, mas, sobretudo, dos minhotos, daqueles que ajudaram a construir a «*civilização do granito*»¹¹. Por isso, as migrações dos pedreiros minhotos, nos séculos XVIII e XIX, estão longe de ser um fenómeno marginal, não só em relação à Província, mas, também, para o sector da construção nas regiões de acolhimento. Porém, a história dos pedreiros minhotos está por fazer!

Assim, este breve estudo tem como principal objectivo abordar as migrações temporárias dos pedreiros numa tripla perspectiva: geográfica, económica e social.

Num primeiro momento, analisaremos a mobilidade da população em geral aproximando-a da estrutura fundiária, da paisagem agrícola, das formas de exploração da terra e suas culturas. Se considerarmos que os recursos económicos existentes no lugar de partida estão em relação directa com a população residente numa determinada região, estes factores devem ser ponderados na análise da «repulsão» dos seus excedentes.

Num segundo momento, destacaremos o grupo profissional dos pedreiros. No seu estudo abordaremos, particularmente, a sua origem geográfica para conhecermos quais as localidades, a nível do concelho de Viana, que são

¹⁰ EIRAS ROEL, António, «Migraciones Internas y Medium-Distance en España en la Edad Moderna» in EIRAS ROEL, A. (coord.) - *op. cit.*, p. 62.

¹¹ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, F.L.U.P., 1983. Tese de Doutoramento.

verdadeiros alfobres destes artistas especializados. Em seguida, traçaremos o perfil sociológico destes migrantes em correlação com as redes de solidariedade familiar e de vizinhança entretecidas para levar a cabo com êxito as deslocações e a angariação de trabalho. Por fim, mais uma vez, lançando mão da análise histórico-geográfica tentaremos conhecer os motivos que levam à decisão de partir, bem como os factores de atracção dos locais de acolhimento deste grupo sócio-profissional específico.

1. As fontes

Para esta nossa empreitada, como já atrás referido, utilizaremos a matéria-prima dos passaportes internos, os quais existem para Portugal a partir de meados do século XVIII.

Com o governo do Marquês de Pombal e a consequente preocupação de controlo das deambulações de indivíduos no interior do reino, surgem os passaportes internos que vigoraram no nosso país desde a década de 60 até meados do terceiro quartel do século XIX.

Criados pelo Alvará de Declaração de 25 de Junho de 1760, estes documentos visavam, inicialmente, apenas as pessoas que se dirigiam a Lisboa¹². Porém, pouco tempo depois, perante as dúvidas e as várias interpretações que a lei estava a conhecer, em 13 de Agosto de 1760, sai novo alvará que não só esclarece o âmbito e a aplicação deste tipo de documento como estende a sua obrigatoriedade a todo o país e a todas as deslocações dos portugueses que «fizerem jornadas para lugares que fiquem» fora das comarcas de origem¹³. Assim, podemos dizer que estes passaportes são «chamados de internos porque eram um meio de regulação e controlo das deslocações das pessoas (isoladamente ou em grupos) no interior do território português a fim de se reforçar a segurança pública evitando a deambulação de perturbadores e criminosos»¹⁴. No entanto, o controlo das saídas e entradas e a segurança na capital parece continuar a ser o principal objectivo da necessidade de apresentação deste documento de identificação dos transeuntes, porque, logo em 31 de Março de 1761, sai novo edital que declara «que nenhuma embarcação, carruagem, ou cavalgadura de aluguer, ou de empréstimo possa

¹² Alvará de Declaração de 25 de Junho de 1760 in *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz Reinado del Rey Fidelissimo D. José o I, Nosso Senhor desde o anno de 1750 até o de 1769 e a Pragmática do Senhor Rey D. João o V, do anno de 1749*, Lisboa, Officina de António Rodrigues Galhardo, 1771. Tomo I.

¹³ Alvará de 13 de Agosto de 1760 in *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás...*, *op. cit.*

¹⁴ RODRIGUES, Henrique, *op. cit.*, p. 23; LOUREIRO, Joaquim Ferreira – *Mobilidade Interna da População Portuguesa: os livros de registo de passaportes do concelho de Penafiel (1770-1833)*, Porto, F.L.U.P., 1997. Tese de Mestrado, p. 33.

*sahir da Cidade de Lisboa, e 3 legoas ao redor della sem passaporte do Ministro Intendente Geral da Polcia»*¹⁵.

A sua emissão é efectuada pelas Secretarias de Estado, pela Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino e, nas comarcas, pelos corregedores e seus respectivos juizes de fora e escrivães. Ao corregedor da comarca, enquanto representante do poder régio na periferia, cabia-lhe a supervisão da mobilidade através desta documentação que tinha como principal finalidade o reconhecimento e a fiscalização de quantos se ausentavam da sua paróquia, termo e comarca. A sua validade máxima era de um ano¹⁶, sendo este período utilizado, em geral, por mercadores e tendeiros que se deslocavam, nas terras da Província ou mesmo do Reino, «*em seus negócios*».

No início do século XIX, devido aos problemas que o reino enfrentava com as invasões francesas, foi necessário reforçar o controlo sobre os transeuntes. Deste modo, em 20 de Maio de 1808, é afixado um outro edital, do Intendente Geral da Polícia do Reino, onde se pronunciava «*que nehua pessoa de qualquer qualidade que seja possa viajar ou sahir fora desta comarca sem o passaporte assignado pelo corregedor ou juizes de fora e passados pellos escrivaens (...); e cazo não traga ou aprezenste passaporte será prezo salvo quando der conhecimento de duas pessoas mais conhecidas da terra, e então se lhe dará passaporte assignado também pelos dous reconhecentes, que ficão como fiadores obrigados a qualquer subterfúgio (...). E (...) mando que os Estalajadeiros e outras pessoas que recolhem passageiros todas as noutes aprezentem as relaçoins das pessoas com os nomes, lugares donde vem para onde vam, e declaração se trazem passaporte (...)*»¹⁷.

Já depois da revolução liberal, a lei de 25 de Maio de 1825 estabelecia «um conjunto apertado de procedimentos exigindo que: as guias de trânsito fossem passadas indicando o sítio de destino e apenas pelo tempo necessário para o trânsito; que os proprietários, marchantes e feirantes pudessem beneficiar do tempo de 3, 6 ou 12 meses, se assim o pedissem, exigindo-se informação e abonação idónea; que todos estavam obrigados a solicitar passaporte para saírem da sua residência para além de 5 léguas de distância»¹⁸.

A partir do decreto de 18 de Julho de 1835, sob a influência da reforma administrativa que então se preparava, institucionalizam-se quatro modelos de impressos ao mesmo tempo que se redistribuíam as competências para a emissão destes documentos. Assim, para a mobilidade no interior do

¹⁵ Edital acerca de Passaportes de 31 de Março de 1761 in *Collecção da Legislação Portuguesa desde a Ultima Compilação das Ordenações Redegida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762*, Lisboa, Typografia Maigrense, 1830, p. 793.

¹⁶ Alvará de Declaração de 25 de Junho de 1760 in *Collecção das Leys, Decretos e Alvarás...*, *op. cit.*

¹⁷ A.M.V.C., Registo de passaportes, Liv. n.º 1204, fl. 1.

¹⁸ MONTEIRO, Miguel – *Migrantes, Emigrantes e «Brasileiros» 1834-1926. Territórios, Itinerários, Trajectórias*, Fafe, Ed. do Autor, 2000, p. 53.

concelho eram os provedores que emitiam passaporte para nacionais e estrangeiros; na comarca, os sub-prefeitos emitiam para a deslocação no interior do reino pelo período de três meses a um ano; o administrador do concelho passa a atribuir os passaportes internos ou de saída pela raia.

Embora à primeira vista, a obrigatoriedade deste tipo de documentação pareça coarctar a liberdade de movimentos da população¹⁹, só com esta autorização especial – passaporte interno – nacionais e estrangeiros poderiam circular no país sem correrem o risco de serem presos por vagabundagem ou mendicância não autorizada²⁰. Segundo a legislação nenhuma deslocação deveria escapar ao controlo, mas a multiplicação das leis, circulares e editais parece indicar o contrário sendo esta necessidade reveladora da falta de cumprimento do estipulado.

Conhecer, identificar, contar, registar para controlar eram os principais objectivos deste tipo de documentação. Assim, o passaporte interno é um dos documentos que melhor revela o espírito político e a sociedade dos finais do século XVIII, início do XIX.

A partir de 1860, estando criadas e em funcionamento todas as estruturas da administração de um estado que se pautava pela liberdade de circulação de mercadorias, pessoas e bens, não se podia continuar a justificar a vigilância dos viandantes sendo, por isso, abolidos os passaportes internos através da carta de lei de 7 de Abril de 1863. A partir de então, os portugueses têm liberdade de transitar, circular ou viajar por todo o país sem qualquer restrição.

Apesar de ser um documento indispensável ao longo de todo um século, hoje, o que nos resta é uma parte ínfima dos passaportes que teriam sido emitidos em todas as comarcas ou municípios do país.

Em Viana, o corregedor da comarca iniciou, em 26 de Setembro de 1760, a emissão de passaportes. Porém, o que subsiste são 6 livros de registos de passaportes, que cobrem o período entre 1760 e 1837, com curtas séries, descontínuas e muito heterogéneas variando de forma e conteúdo consoante o escrivão que faz o registo. O fundo começa com o livro de registo dos documentos emitidos às «*peessoas forasteiras e de todas as que desta vila se encaminharem à cidade de Lisboa*»²¹, seguindo-se mais cinco livros que registam todos os naturais do concelho e da comarca de Viana que pediram passaporte para qualquer parte do Reino bem como todos os estrangeiros que aportavam a esta vila da costa atlântica norte de Portugal e queriam prosseguir viagem para outras terras nacionais ou estrangeiras. Numa breve sondagem ao fundo, para o período entre 1760 e 1810, levantamos cerca de

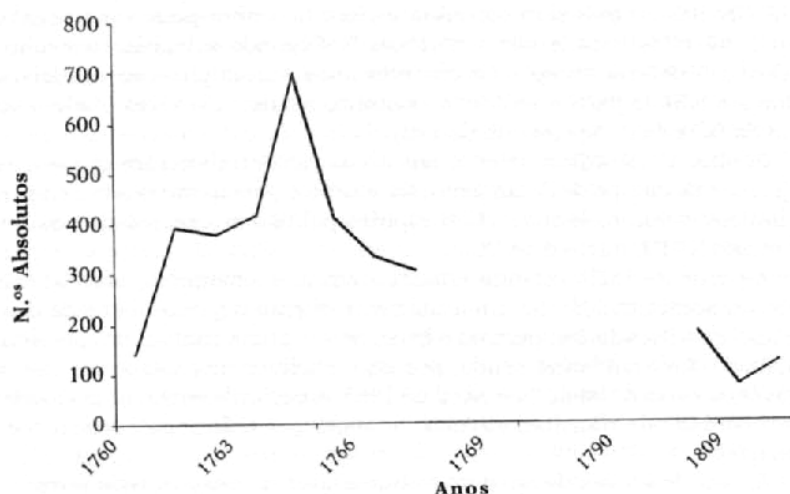
¹⁹ OLIVEIRA, António de – «Migrações internas e de média distância...», *op. cit.*, p. 3.

²⁰ A 18 de Agosto de 1808, Pedro Rodrigues, solteiro de 25 anos, natural de Valença mas residente em Viana, solicita passaporte para mendigar pelas terras do reino.

²¹ A.M.V.C., Registo de passaportes, Liv. n.º 1202.

3.458 registos de passaportes que se distribuem anualmente conforme é indicado no gráfico n.º 1:

Gráfico n.º 1
Evolução anual dos pedidos e registos de passaporte (1760-1810)



Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203 e 1204.

Tendo atingido o seu auge em 1764, a evolução dos pedidos e dos registos de passaportes conhece, no início do século XIX, uma forte diminuição que é consequência do período de instabilidade política e militar que se vive em Portugal causada pelas invasões francesas. Sem dúvida que o período de guerra, de violência e de perigo que se vive nas estradas do norte, sobretudo durante a 2.ª invasão francesa, tem efeitos imediatos na contenção da circulação da população que tradicionalmente se deslocava no interior do país. Esta mesma instabilidade também se reflecte no funcionamento dos órgãos administrativos e consequentemente na qualidade do registo de passaportes. A partir da observação do gráfico notam-se, claramente, dois períodos distintos na corrente migratória que, por sua vez, correspondem também a diferentes períodos de elaboração do registo de passaportes: o primeiro, entre 1760-67, corresponde à implantação das medidas administrativas que visavam o controlo das deslocações da população, sobretudo, dos que se deslocavam para Lisboa. Embora com algumas lacunas, podemos afirmar que, de um modo geral, a qualidade dos registos é boa; o segundo, entre 1808 e 1810, corresponde a parte do conteúdo do 3.º livro de registo de passaportes, iniciado em pleno período de guerra

(1808), depois de um interregno de 41 anos²². Com uma vaga migratória escassa e irregular, este período é o espelho das principais preocupações das autoridades civis e militares. Nesta época, o principal cuidado do escrivão parece ser o reconhecimento feito pelo fiador ou abonador que com ele assina o termo de registo bem como a apresentação de uma autorização militar confirmando a não integração no exército e garantindo, portanto, não se tratar de um desertor. Todo o livro é caracterizado por uma falta de homogeneidade nos formulários os quais dependem do escrivão que está de serviço e que muda semanalmente.

Segundo a lei, destes registos deveria constar o nome do requerente, a naturalidade, o domicílio, o estado, a idade, sinais físicos individuais (estatura, cabelo, olhos, rosto, barba), indumentária, como se deslocava (mar ou terra), duração da viagem ou o período de validade do passaporte, itinerário e destino. Quando o «*transitante*» fazia a viagem acompanhado, deveriam ser referidas, através das mesmas características, as pessoas que levava em sua companhia. Estes dados identificativos deviam ser completados com referências aos aspectos profissionais ou com os motivos da viagem que ocasionavam o pedido de passaporte. Todavia, nem sempre assim acontecia. Frequentemente eram omitidas as idades, o estado, a naturalidade e a residência. A profissão ou ofício que o requerente desempenhava ou o trabalho que iria realizar no local de destino só ocasionalmente era referido. E mesmo este, o local para onde se dirigia, apesar de ser uma das informações mais importante do documento, também, por vezes, não era indicado.

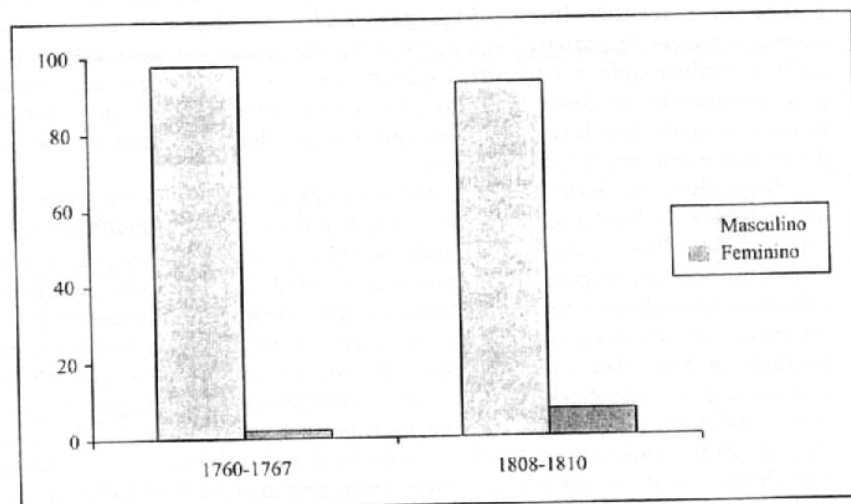
Não obstante o carácter lacunar de algumas das referências, este aspecto não nos impediu de fazer uma abordagem ao estudo sociológico dos migrantes.

2. Caracterização social das migrações internas minhotas

Em primeiro lugar, não podemos deixar de referir o carácter masculino das correntes migratórias internas à semelhança das emigrações para mais longas distâncias e por períodos mais duradouros. São os homens que se deslocam temporária e sazonalmente, para fora da sua região de origem, ausentando-se, durante alguns meses, na tentativa de obter recursos financeiros que complementem os rendimentos das suas pequenas explorações agrícolas.

²² Não existem livros de registo de passaportes para este período, mas não podemos adiantar qualquer explicação fiável para a sua inexistência. A mais natural é que embora se tivessem produzido continuamente estes registos, os livros se teriam perdido nas contingências a que este tipo de documentação está sujeita ao longo dos séculos.

Gráfico n.º 2
Distribuição dos migrantes por sexo (1760-1810)



Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203, 1204.

A análise quantitativa da solicitação de guias de passaporte e dos seus respectivos registos, na comarca de Viana, aponta-nos para 97% de saídas masculinas e uma representação insignificante (3%) de saídas femininas. O significativo aumento de deslocações temporárias de mulheres, que se verifica nos inícios do século XIX, deve-se essencialmente à conjuntura de guerra. As mulheres dos militares da comarca de Viana que se encontram a cumprir serviço militar em Companhias sedeadas no Porto, Coimbra ou Lisboa pedem frequentemente passaporte, para estas localidades, onde vão procurar ou encontrar os maridos de quem há muito não têm notícias²³.

Porém, a integração de mulheres como acompanhantes oculta, de certo modo, a componente migratória feminina. Estas, raramente assumem a iniciativa de partir, mas elas fazem parte do grupo que acompanha alguns dos requerentes, sobretudo, nos casos em que a partida parece ser uma decisão definitiva e familiar. Assim, as migrações femininas são um outro

²³ A partir de 1808 há vários pedidos de passaporte femininos com o objectivo de visitar os maridos. É o caso de Ana Teresa de 34 anos, natural e residente em Viana, que em 24 de Julho de 1808, dirige-se a Coimbra e ao Porto para «ver seu marido»; em 14 de Julho de 1810 é a vez de Joana Vieira, de Mazarefes, solicitar passaporte para ir a Lisboa «ver o seu marido onde se acha».

tema a considerar devendo, no entanto, ser tratado no âmbito da análise da organização colectiva destas deslocações²⁴.

Por outro lado, as migrações temporárias, além de caracterizadamente masculinas, são, também, maioritariamente rurais. Enquanto a vila de Viana apenas fornece cerca de 19% dos «transitantes» o seu termo alimenta o fluxo migratório com 45,5%.

A repartição deste fluxo, no espaço concelhio, faz-se de um modo desigual não só do ponto de vista quantitativo como do ponto de vista qualitativo. A vila fornece poucos migrantes, mas é de realçar, neste cômputo, o contributo dos comerciantes de todo o tipo bem como a participação dos marinheiros e «homens do mar». Na zona rural, é de notar o forte contributo de algumas paróquias (Anha (146), Areosa (343) e Santa Marta (106)) onde se pode detectar uma tradição migratória profundamente enraizada que permitirá, até ao século XX, deterem a primazia no fornecimento das migrações e emigrações do concelho. Como veremos mais à frente, esta mesma irregularidade também se verifica do ponto de vista qualitativo já que as principais paróquias fornecedoras dos fluxos migratórios são as que enviam a maior quantidade de trabalhadores sem qualificação (Mapa n.º 1).

Mas, por Viana também saem viajantes que, aqui, pedem passaporte ou registam os que trazem das suas comarcas de origem. Estes indivíduos são, na sua maioria, naturais das zonas rurais dos concelhos vizinhos (Barcelos, Caminha, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Esposende) que escolheram sair pelo porto de Viana contribuindo, assim, para 17,7% do movimento de entradas e saídas da vila. Juntamente com a vizinhança do concelho também passam por Viana pedindo ou revalidando os seus passaportes, um número significativo de naturais de Lisboa (2%) ou de outras vilas e cidades do Reino (Porto, Braga, Guimarães, Matosinhos).

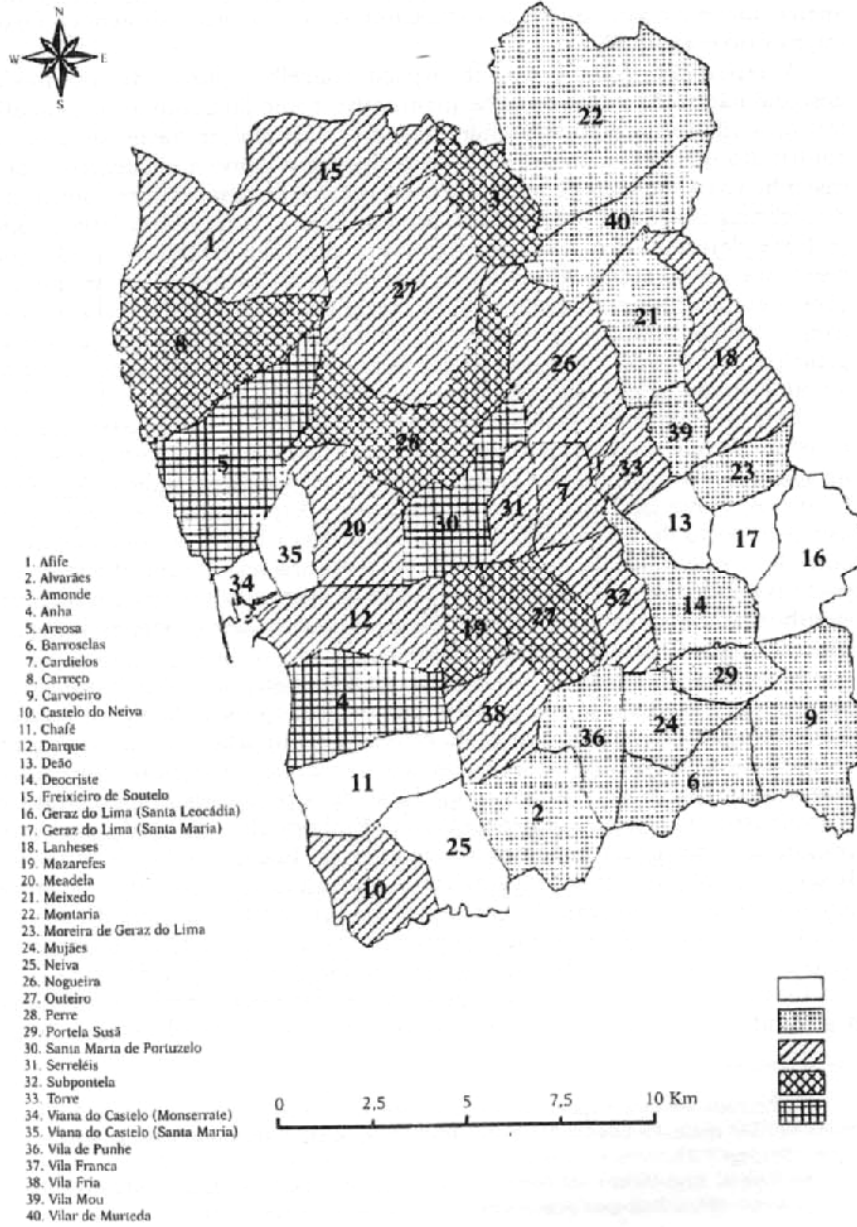
Não menos importante é o número de estrangeiros (4%) que transitam por Viana ou partem depois de terem aqui residido durante algum tempo. A situação privilegiada do seu porto de mar e a importância que atingiu ao longo do século XVIII, em consequência do comércio com o Brasil, tornaram esta vila do norte de Portugal num local de atracção de comerciantes e marinheiros nacionais e estrangeiros²⁵. Embora de um modo residual, podem ser aqui encontrados representantes da França, Itália, Dinamarca, Inglaterra, Estados Unidos da América e, naturalmente, Espanha. De entre todos sobressai o número de habitantes do país vizinho através da contribuição dos galegos (2,8%) que demandam trabalho em terras portuguesas ou por aqui fazem caminho para atingir localidades do sul de Espanha.

Como acontece para outras regiões rurais europeias, também em Viana a geografia dos movimentos migratórios parece bem estabelecida, as áreas

²⁴ Proposta idêntica é apontada por CHATELAIN, Abel – «Les migrations temporaires françaises au XIX^e siècle. Problèmes. Méthodes. Documentation», in *Annales de Démographie Historique*, 1967, pp. 9-28.

²⁵ CAPELA, José Viriato – *O Porto de Viana do Castelo no Contexto do Comércio Externo Português. (Análise à Balança Comercial de 1783)*, Viana do Castelo, 1987.

Mapa n.º 1
Distribuição dos migrantes originários do concelho de Viana



de deslocação bem definidas, as direcções e os raios de acção de uma extraordinária variedade. Parece que cada região ou cada família tem uma imaginação suficiente para encontrar um sector lucrativo em função dos gostos e das qualificações profissionais de cada um²⁶.

Estas qualificações são de difícil determinação em virtude da grande percentagem de registos que omite a informação. O aspecto lacunar da situação sócio-profissional dos requerentes de passaportes internos pode dever-se a simples omissões dos escrivães mas, também, pode ser uma consequência da não especialização da maioria dos migrantes. Em relação a este aspecto atente-se na expressão, muito utilizada pelos escrivães do 2.º livro (1764-1767), que designam, genericamente, de «*homem ganhão*» todos os que partem à procura de trabalho sem qualquer qualificação.

Quadro n.º 1
Distribuição dos migrantes pela sua categoria sócio-profissional

Actividades por sectores	Nº absolutos
Primário	135
Agro-pecuária	19
Actividades marítimas	116
Secundário	202
Construção civil	124
Artesão	75
Fabricante	2
Madeiro	1
Terciário	201
Comércio	118
Barbeiro	4
Almocreve	2
Carreteiro	1
Dançarino	1
Eclesiástico	37
Boticário	1
Estudante	1
Serviços	18
Militar	18
Mendigo	3
Criados	44
Homem que anda caminhos	9
Homem ganhão	239
Trabalhador	14
Escravo / escravo forro	26
Proprietário	3
Nobre	11
Indeterminado	2570
Total	3457

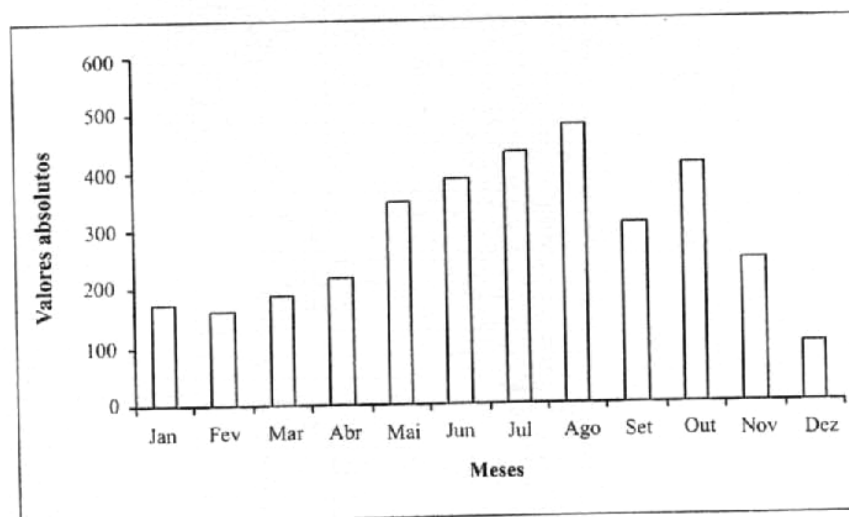
Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203, 1204.

²⁶ BÉTEILLE; Roger – «Les migrations saisonnières en France sous le Premier Empire. Essai de synthèse», in *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, n.º 17, 1970, p. 428.

Embora só tenhamos conhecimento, como se comprova pelo quadro n.º 1, das qualificações profissionais para cerca de 26% dos requerentes de passaportes, esta pequena amostra possibilitará o desenho do perfil sociológico dos migrantes da região de Viana.

A diversidade de ocupações dos que circulavam no Reino era muito grande visto que, apesar da pequenez da nossa amostra, foram identificadas 146 actividades sócio-profissionais. Arrumadas, necessariamente, pelos três sectores das actividades económicas, as ocupações profissionais mais representativas estão em relação directa com a proveniência geográfica dos requerentes. As actividades marítimas (13%) e o comércio (13,3%) são o espelho da região urbana enquanto os trabalhadores da construção civil (14%) e os trabalhadores não qualificados (28,5%) são o reflexo da sua origem rural e das condições de vida da região minifundiária alto-minhota.

Gráfico n.º 3
Distribuição dos pedidos e registos de passaporte
pelos meses do ano (1760-1810)



Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203, 1204.

Como se sabe, Viana do Castelo é uma região que se caracteriza pelo grande parcelamento e dispersão das explorações agrícolas. Estas são formadas, em geral por pequenas parcelas de natureza e qualidade muito variada que permitem a policultura intensiva graças à força da mão-de-obra abundante e ao sistema de regadio implantado desde os tempos mais remotos. O sistema de campo-prado, como é designado por Orlando

Ribeiro, terá permitido o desenvolvimento do sistema cultural minhoto que corresponde a uma alternância do campo (no Verão) com o prado (no Inverno), em parcelas rodeadas de árvores e sujeitas a uma exploração intensiva graças à utilização dos estrumes e da água dos rios, ribeiros, riachos, fontes, levadas e poças²⁷.

Mas, este sistema cultural foi desenvolvido em explorações de reduzida dimensão, que levaram à necessidade do pequeno proprietário rural se dedicar a outras actividades que pudessem complementar os reduzidos proventos retirados da agricultura. Tais comportamentos não só geraram uma indefinição sócio-profissional como também permitiram um maior envolvimento dos elementos femininos dos agregados domésticos nas actividades agrícolas. Sem querermos cair nos exageros de Oliveira Martins²⁸, não podemos deixar de notar o importante papel desempenhado pelas mulheres como a principal força de trabalho da agricultura minhota, já que quando se inicia, na Primavera, a estação de maior actividade, os homens não estão presentes como se pode verificar através do gráfico n.º 3. Ao contrário do que se afirmou durante muito tempo, as actividades complementares desenvolvidas pelos homens não se verificam no Inverno, a estação morta do ponto de vista agrícola. Pelo menos, os homens que partem à procura de outros proventos, fazem-no a partir do mês de Abril (período das sementeiras) e só regressam no início do Outono quando as colheitas terminaram. Porém, a partida de um grande número de homens no período de maior trabalho nos campos minhotos – apesar de estarmos perante uma agricultura de mão-de-obra intensiva – parece não ter causado qualquer problema à sua viabilidade. Quer porque as altas densidades desta região continuem a fornecer a mão-de-obra necessária às tarefas agrícolas, quer porque as mulheres que ficam sejam suficientes para as assegurar, a verdade é que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, o sistema cultural minhoto não entrou em crise devido à falta de mão-de-obra. Deste modo, os homens, quer sejam pequenos proprietários rurais ou pequenos artesãos que ao lado da casa e eido têm a sua oficina, quer sejam «cabaneiros» ou jornaleiros que procuram trabalho numa região com excesso de mão-de-obra, partem para as regiões do país onde se lhes oferece oportunidades de trabalho e um jornal ou salário bem mais compensador do que o praticado na região de origem.

Nesta época, o principal local que atrai os minhotos, oferecendo-lhes oportunidades de trabalho em vários sectores económicos, é sem dúvida Lisboa. Entre 1760-1810, a capital atraiu, 3029 migrantes que correspondem a 87,6% da amostra. Centro político, administrativo, militar e económico a capital chama a si todo o tipo de gente. Lisboa atrai uma grande diversidade

²⁷ RIBEIRO, Orlando, «Agricultura», in *D.H.P.*, Porto, 1971, pp. 60-67.

²⁸ MARTINS, J. P. de Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, 3.º vol., Lisboa, 1953, pp. 52-53.

de comerciantes²⁹ que para lá se dirigem a tratar de seus negócios. Por outro lado, não nos podemos esquecer que, após o terramoto de 1755, a reconstrução transformou a capital num imenso estaleiro de obras que absorveu muita mão-de-obra especializada na construção civil, além de muitos trabalhadores indiferenciados. Lisboa, local das decisões políticas e militares, também atrai não só os oficiais de vários pontos do país que lá vão receber ordens como todos aqueles que vão servir nas Companhias sedeadas na capital. Mas, a capital como principal centro consumidor é ainda o local ideal para as gentes de ofício desenvolverem as suas actividades e para os jovens caixeiros que querem iniciar-se no ramo comercial. Do mesmo modo é aqui que os jovens encontram com facilidade uma ocupação como criados já que em Lisboa habitam as elites que deles necessitam para os trabalhos domésticos e para a manutenção do seu prestígio e estatuto. Fidalgos, funcionários, militares, criados, escravos, comerciantes, caixeiros, pedreiros, artesãos, trabalhadores, religiosos, homens do mar e marinheiros são algumas das categorias sócio-profissionais que se dirigem à capital pelos motivos mais diversificados.

Além da capital os minhotos são atraídos para as margens do Tejo e para o Alentejo. Estas são duas das regiões que neste período receberam cerca de 3,2% dos requerentes de passaporte da nossa amostra sendo o fluxo constituído sobretudo por pedreiros, «homens ganhões» e trabalhadores indiferenciados.

Os restantes, ou se dirigem a cidades como Braga e Porto ou circulam pela Província ou pelo Reino.

3. Trabalho especializado e migrações sazonais: os pedreiros

Na região de Viana do Castelo, conforme o quadro geral anteriormente traçado, destaca-se um grupo socioprofissional – os pedreiros. A especialização na arte de trabalhar a pedra pelos minhotos e respectiva alusão às suas deslocações desde os tempos modernos, são frequentes³⁰.

Nesta região, o crescimento populacional e a escassez de propriedade impulsionam a diversificação profissional e a proliferação de actividades complementares como recurso à sobrevivência da exploração camponesa.

²⁹ Em 9 de Agosto de 1762, João Afonso de 40 anos, natural de Anha, negociante de alhos, pede passaporte para se deslocar a Lisboa, por mar, conjuntamente com mais oito homens da mesma freguesia e ocupação que com ele pedem passaporte individual para o mesmo destino. Em 15 de Novembro de 1766, é a vez de António Gonçalves Viana, natural e residente em Viana, negociante de fazendas, se deslocar a Lisboa. Curiosamente, em período de invasões francesas (9 de Julho de 1808), Paula Maria, vendedora de bacalhau, conjuntamente com Josefa Bonifácia e companheiras pedem passaporte colectivo para se deslocarem ao Porto «em negociação». Outro caso é o de Manuel Cerveira, viúvo, natural de S. Pedro, comerciante de milho que, em 21 de Julho de 1808, pede passaporte para o Porto.

³⁰ OLIVEIRA, António – *op. cit.*, p. 7

Assim as migrações temporárias surgem como solução financeira para colmatar as dívidas contraídas pelas famílias com explorações manifestamente insuficientes. Julga-se que a prática de um ofício ofereceria maior pecúlio do que as pequenas e insuficientes parcelas agrícolas. Assim, os homens procuram melhorar as suas condições de vida, como solução para constituir família, melhorar o seu quotidiano, pagar impostos ou empréstimos contraídos para «melhorar o seu casal»³¹.

A análise do perfil sociológico do migrante pedreiro mostra que as idades dos viandantes se situam entre os 16 e os 70 anos, sendo mais frequente a presença dos que têm 25 anos. Contudo, é elevado o número (62,9%) para os quais não é possível determinar a idade.

Quadro n.º 2
Distribuição dos pedreiros por grupos etários

Grupos de idades	16-25	26-35	36-45	46-55	56-65	66-70	Indeterminado	Total
	19	10	10	3	2	1	78	124

Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203, 1204.

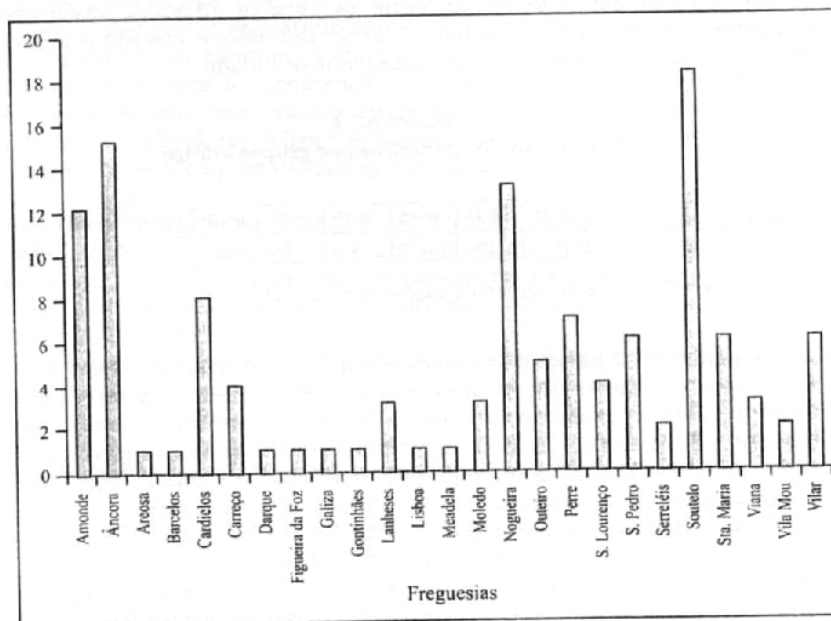
O quadro n.º 2 indica a forte incidência dos viandantes no intervalo dos 16-45 anos e, a partir dos 46 anos, a tendência decresce atingindo valores irrisórios para as idades posteriores a 56 anos. A média da idade destes migrantes situa-se nos 32 anos, contribuindo para tal um número significativo de jovens que integram o grupo em apressado. A perda do vigor físico, imprescindível para o exercício da ocupação e para o percurso, justificam a escassez de deslocações partir dos 56 anos. Velhos e cansados, os pedreiros fazem-se substituir por um filho ou outro elemento da família ficando, a partir de então, no remanso do lar e ajudando nos trabalhos agrícolas. A maioria destes viandantes é casada (71%), com responsabilidades familiares, sociais, económicas e fiscais na gestão dos seus lares e explorações agrícolas. Os 16% de homens solteiros que integram estes fluxos migratórios fazem-no na expectativa de conseguirem um pecúlio que lhes permita constituir família ou simplesmente para obterem trabalho e ajudar no orçamento da família a que pertencem. A percentagem dos viúvos é ínfima pois apenas 3,2% pertence a esta categoria.

Sabendo os grupos socioprofissionais a que pertencem os nossos viandantes, quais as suas freguesias de origem? Existe uma especialização segundo a geografia minhota?

³¹ A análise dos protocolos notariais revelam, frequentemente, esta questão. A maioria das escrituras efectuada pelos camponeses minhotos era para contrair dívidas.

Nas fontes compulsadas é frequente a alusão à especialização na arte de trabalhar a pedra pelos minhotos e às suas deslocações desde os tempos modernos. Este aspecto transforma determinadas freguesias em motores duma cultura de emigração socialmente assumida ao mesmo tempo que denota o seu desenvolvimento geracional no seio das mesmas famílias.

Gráfico n.º 4
Distribuição dos pedidos e registos de passaporte dos pedreiros
pelas freguesias de origem (1760-1810)



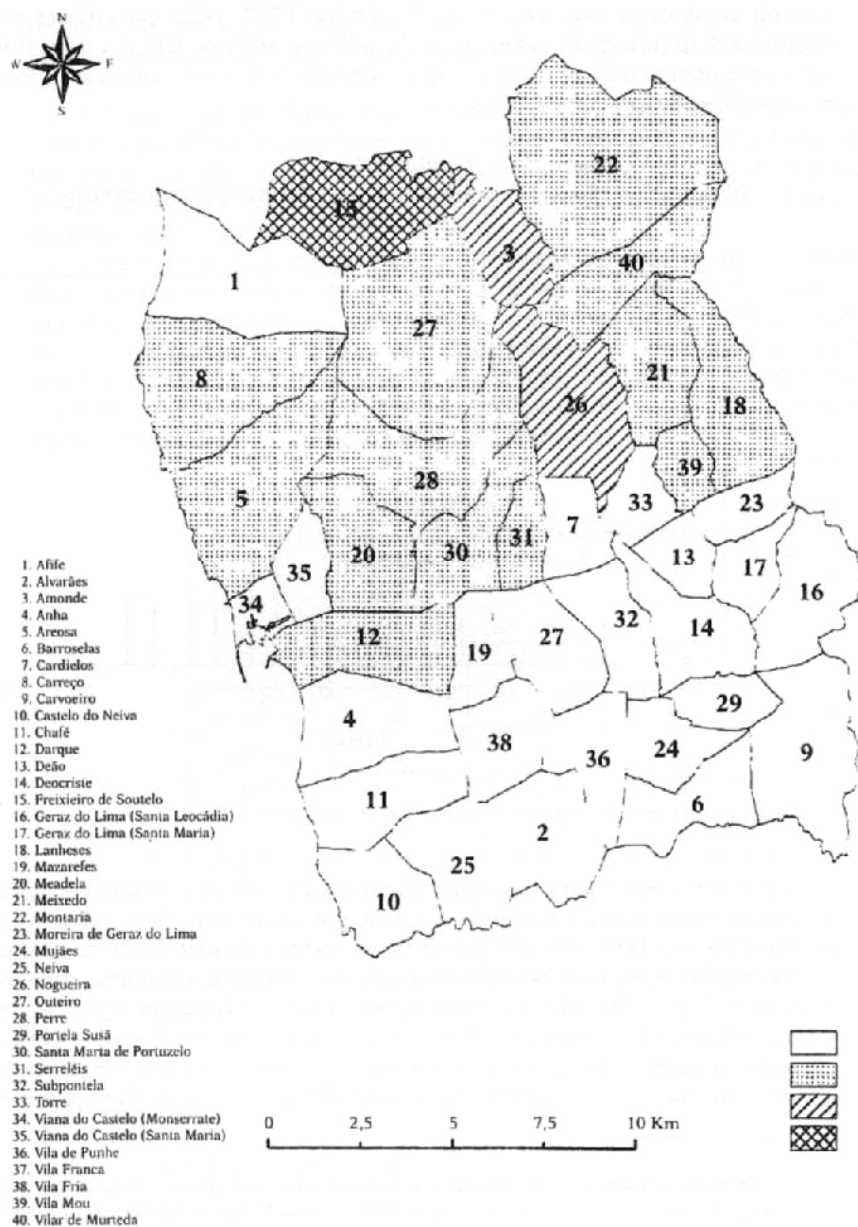
Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203, 1204.

A análise do gráfico n.º 4 permite verificar que o maior contingente de pedreiros se concentra nas freguesias de Soutelo, S. Pedro³² e Âncora³³, freguesias contíguas, do litoral alto minhoto e Amonde e Nogueira, freguesias do interior do concelho de Viana (Mapa n.º 2).

³² A freguesia de S. Pedro era uma pequena freguesia rural entre Soutelo e Âncora que, a partir da reorganização administrativa de 1836, foi anexada a Soutelo. Se juntarmos as duas freguesias o número de viandantes aumenta significativamente para Soutelo que se transforma na «forja» dos pedreiros migrantes desta região.

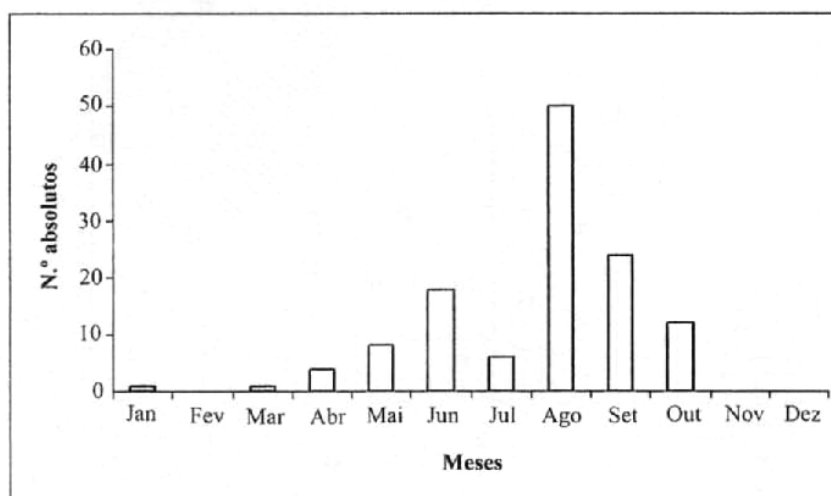
³³ Esta freguesia, a partir de 1836, deixa de pertencer ao concelho de Viana do Castelo passando a integrar o concelho de Caminha.

Mapa n.º 2
Distribuição dos pedreiros originários do concelho de Viana



Os pedreiros de Soutelo representam 14,5% do total dos migrantes, seguindo-se Âncora com 12,1%, Nogueira com 10,5% e Amonde com 9,7%. A especialização familiar neste ofício está patente em Bernardino Afonso, natural de Âncora que, em 22 de Junho de 1767, pede passaporte com destino a Santarém para «*ganhar a vida pello seu officio*». Ofício que já tinha sido desempenhado pelo seu pai que também havia sido migrante, tendo mesmo falecido em Alter dos Canos.

Gráfico n.º 5
Distribuição mensal dos pedidos de passaporte pelos pedreiros
(1760-1810)



Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203, 1204.

Os meses eleitos para a partida em busca de melhores condições de vida situam-se entre Abril e Novembro época por excelência dos trabalhos na construção civil respondendo, por isso, às solicitações do local de destino.

As saídas em Março/Abril e regresso em Outubro/Novembro não nos permitem fazer coincidir as deslocações com o calendário agrícola pois «deslocados desde o início da Primavera, a sua ausência coincide com os períodos de actividade agrícola, e o seu regresso, precisamente com a estação laboral "morta"»³⁴. Comportamentos coincidentes com os das gentes do

³⁴ FERNANDEZ CORTIZO, C. - «Ganando la vida con el oficio de cantero»: explotación campesina y emigración estacional en la Galicia Occidental del siglo XVIII» in EIRAS ROEL, A. (coord.) - *op. cit.* p. ??.

mesmo ofício doutras regiões europeias. O exemplo «dos pedreiros do Limousin é notória, a sua partida efectuando-se na Primavera e o seu regresso em Novembro»³⁵.

Se o peso da ruralidade destas freguesias não se faz notar nas «levas» migratórias, então, os trabalhos agrícolas ficam dependentes da mão-de-obra disponível que é, sobretudo, a feminina, a velha e a de menores.

A observação dos fluxos migratórios permite, igualmente, detectar relações e dependências familiares ou de grupo (vizinhos). As migrações dos pedreiros são «deslocações organizadas de equipas de trabalho ou de grupos de aparência mais informal que repousam sobre as solidariedades familiares ou paroquiais muito fortes»³⁶.

Pela análise da documentação – solicitação de passaportes – é possível determinar a quantidade de vizinhos que o fazem na mesma data viajando, por isso, na companhia uns dos outros com a finalidade de se auxiliarem nos perigos que têm de defrontar ao longo das extensas caminhadas até aos locais de trabalho. Do conjunto da nossa amostra, 31 vão acompanhados – 5 com 2 acompanhantes; 26 com 1 acompanhante, o que nos dá um total de 36 acompanhantes, tal como se pode observar no quadro n.º 3.

Quadro n.º 3
Distribuição dos acompanhantes dos pedreiros
por sexo e estado civil

Sexo	Estado civil		Total
	Solteiro	Casado	
Masculino	26	9	35
Feminino	1	0	1
Total	27	9	36

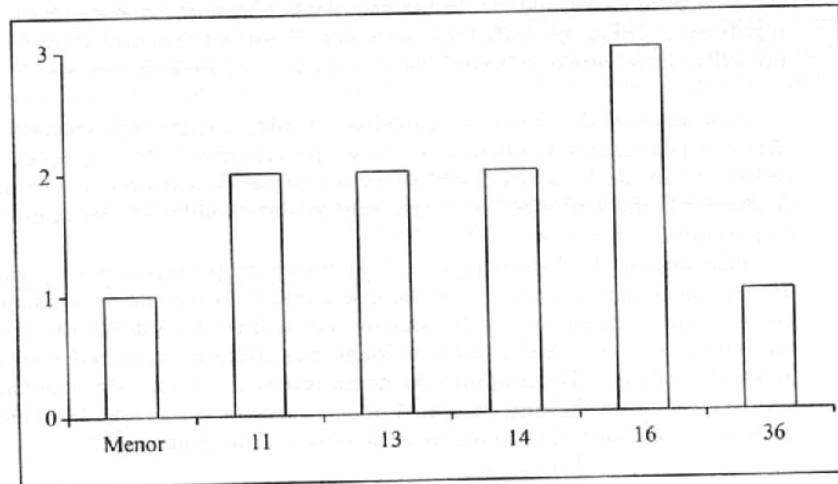
Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203, 1204.

Todos os acompanhantes são pedreiros incluindo os menores; apenas um leva por acompanhante uma mulher da qual não é citada nem a profissão, nem a idade, nem o parentesco.

³⁵ BÉTEILLE, Roger – *op.cit.*, p. 427.

³⁶ MOULIN, Marie-Annie, «Les maçons de la Haute-Marche au XVIIIe siècle», in *Annales de Démographie Historique*, 1986, p. 230.

Gráfico n.º 6
Idade dos acompanhantes dos pedreiros (1760-1810)

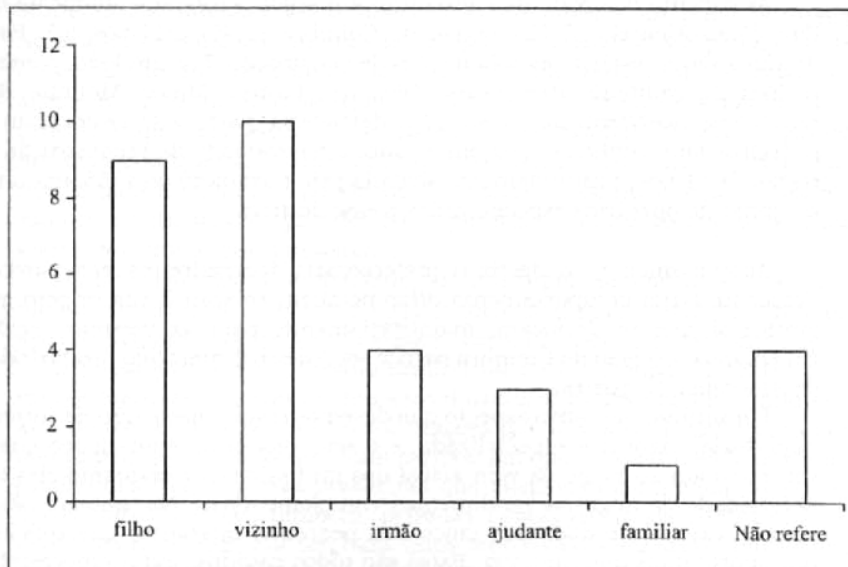


Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203, 1204.

Salienta-se a importante quantidade de pedreiros que viajam acompanhados pelos filhos o que corrobora que a aprendizagem destes ocorre em idades jovens, tal como se pode verificar nos gráficos 6 e 7. Porém, além dos pais e filhos outros acompanhantes surgem em número significativo, como os irmãos e outros familiares. Os vizinhos que em conjunto se deslocam apresentam uma frequência significativa o que vem comprovar o desenvolvimento e a aprendizagem desta profissão através das redes familiares e de solidariedade entre vizinhos.

O tempo de ausência era de duração curta, efémera ou mais alargada consoante os objectivos da viagem que se propunham realizar. Apesar da determinação da legislação que exigia a indicação da duração da viagem, esta nem sempre vinha expressa na autorização oficial.

Gráfico n.º 7
Parentesco dos acompanhantes dos pedreiros
(1760-1810)



Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203, 1204.

Quadro n.º 4
Duração dos passaportes

Ida e vinda	Ida	Duração			Sem referência	Total
		12 meses	6 meses	4 meses		
25	2	1	2	1	93	124

Fonte: A.M.V.C., Livros de registo de passaportes n.º 1202, 1203, 1204.

Através dos casos em que a rubrica foi preenchida, podemos elaborar o quadro n.º 4 cuja análise mostra que a duração dos passaportes solicitados é variável. Embora este dado se tenha omitido na maior parte dos registos (75%) a duração das ausências varia entre os 4 e os 12 meses. Quando não foi registado o tempo de duração da viagem e permanência no local de destino é referido maioritariamente que os pedidos são para ida e vinda (20,2%).

Conforme o número e a magnitude das obras para as quais tinham sido contratados, o ofício de pedreiro ocasionava deslocações de duração mais

alargada, não sendo, por isso, possível estabelecer comportamentos sistemáticos e homogéneos.

As partidas dos pedreiros alto minhotos seguem fundamentalmente três direcções – Alentejo 47,6%, região de Coimbra 23,4% e Lisboa 6,5. Estes destinos são a resposta às solicitações de construção. Por um lado, como as regiões de fronteira alentejanas (Olivença, Campo Maior, Mourão, Barrancos) necessitavam de construções defensivas, para aí se deslocaram os pedreiros alto minhotos; por outro lado, a necessidade de reconstrução da região de Lisboa, profundamente abalada pelo terramoto de 1755, levou um conjunto de operários especializados a esse destino.

Aparentemente, os destinos preferenciais dos pedreiros não parecem demonstrar um comportamento diferencial em relação à sua origem geográfica já que se deslocam, maioritariamente, para as mesmas regiões. No entanto, a região de Coimbra parece ser o destino preferido dos pedreiros de Amonde e Nogueira.

Por último, um outro aspecto que devemos revelar neste tipo de corrente migratória, sazonal e especializada, é o seu comportamento cíclico que se vai repetindo ao longo da vida activa dos profissionais e enquanto eles tem necessidade de angariar rendimentos complementares. Na amostra observada, o exemplo é dado por cinco dos pedreiros migrantes que solicitam passaporte mais que uma vez. Estes são todos casados, todos empreendem as suas deslocações por terra e, quando voltam a sair, exceptuando um caso, escolhem destinos distintos dos anteriores.

É o caso de Braz Franco «*cazado com Domingas Martinz official de pedreiro da freguesia de Sam Pedro*» que, em 21 de Agosto de 1767, pede passaporte «*para hir para a villa de Alemquer a ganhar sua vida pello seu officio*». A 11 de Abril de 1810, volta a pedir passaporte para se deslocar, desta vez, a Lisboa. Da mesma freguesia é Francisco Gonçalves que, a 17 de Agosto de 1767, pede passaporte para se deslocar a Estremoz acompanhado de «*Felipe Martins solteiro filho de Maria Lourença viúva da freguesia de Soutello deste termo de 14 anos de idade o qual não foi dado por seu xefe no lista dos moços capazes do serviço das tropas*». A 16 de Junho de 1809, volta a pedir passaporte com o intuito de se deslocar nesta data, para o Cadaval.

Os exemplos referidos são a imagem da extraordinária «variedade das direcções e raios de acção» que os profissionais minhotos da «pedraria» adoptaram nas suas deslocações. Este aspecto pressupõe a existência de uma grande variedade de regiões conhecedoras da sua arte, solicitando, por isso, o seu trabalho com propostas suficientemente atractivas que conduziam ao abandono, temporário, da sua casa e terra natal.

Conclusão

Como observámos acima as paróquias do Alto Minho, desde cedo, alimentaram intensas vagas migratórias no interior do reino português. Acoçados pelo incumprimento das dívidas e pequenez das explorações agrícolas, os alto minhotos procuraram soluções que passavam pela criação de alternativas ao trabalho agrícola – os ofícios. De entre estes salientam-se os pedreiros que, em especial das paróquias de Soutelo, S. Pedro, Âncora, Amonde e Nogueira, se dirigiam principalmente para o sul do reino, Alentejo, e para a capital respondendo às exigências de mão-de-obra especializada na construção de grandes obras públicas e na reconstrução de Lisboa após o terramoto que a assolou.

Estas deslocações, individuais ou em grupo, efectuavam-se, exclusivamente, entre Abril e Outubro e eram formadas por indivíduos em idades jovens, mas, na sua maioria, casados. Periodicamente, os pedreiros requeriam passaporte com o mesmo destino ou para destinos diferentes o que vem comprovar o conhecimento a nível nacional da perícia dos minhotos na arte de trabalhar a pedra e as solicitações que lhes são dirigidas constantemente pelos mesmos locais. Num período em que se viviam ainda os últimos esplendores das riquezas brasileiras que chegavam a Portugal, as grandes obras públicas, mas, também, privadas beneficiavam da contratação dos pedreiros minhotos. Por seu lado, estes profissionais acabavam por usufruir da conjuntura económica favorável através dos pecúlios que arrecadavam «pelo seu ofício» e que complementavam os parcos rendimentos das suas pequenas explorações agrícolas.

Bibliografia

- ABREU, Laurinda – *Memórias da alma e do corpo: a Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Viseu: Palimage Editores, 1999.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*. Porto: F.L.U.P., 1983. Tese de Doutoramento.
- BETTELLE, Roger – «Les migrations saisonnières en France sous le Premier Empire. Essai de synthèse», in *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. n.º 17, 1970.
- BLANCO CARRASCO, José Pablo – «Notas para un estudio sobre las migraciones y la movilidad geográfica en el entorno urbano extremeño» in *Revista de Demografía Histórica*, XXI, I, 2003, pp. 79 – 111.
- BRETTELL, Caroline B. – *Homens que Partem Mulheres que Esperam. Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991.
- CAPELA, José Viriato – *O Porto de Viana do Castelo no Contexto do Comércio Externo Português. (Análise à Balança Comercial de 1783)*. Viana do Castelo, 1987.
- CARDADOR, José de Carvalho Asseiseira – *Subsídios para o estudo da Santa Casa da Misericórdia de Salvaterra de Magos*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1970. Dissertação de licenciatura.

- CHATELAIN, Abel – «Les migrations temporaires françaises au XIX^e siècle. Problèmes. Méthodes. Documentation», in *Annales de Démographie Historique*, 1967, pp. 9-28.
- Collecção da Legislação Portuguesa desde a Última Compilação das Ordenações Redegida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830.
- Collecção das Leys, Decretos e Alvarás, que comprehende o feliz Reinado del Rey Fidelíssimo D. José o I, Nosso Senhor desde o anno de 1750 até o de 1769 e a Pragmática do Senhor Rey D. João o V, do anno de 1749*. Lisboa: Officina de António Rodrigues Galhardo, 1771. Tomo I.
- COSTA, Américo da Silva, «O movimento do hospital da Santa Casa de Guimarães (1702-1728) in *Actas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora*. Évora: Hospital do Espírito Santo, 1996.
- CROIX, Alain – «Deux notes sur Nantes» in *Annales de Démographie Historique*, 1970, pp. 143-149.
- EIRAS ROEL, A. (coord.) – *Migraciones internas y médium-distance en España en la Edad Moderna*. Santiago de Compostela, 1993.
- FERNANDEZ CORTIZO, C. – «Ganando la vida con el oficio de cantero»: explotación campesina y emigración estacional en la Galicia Occidental del siglo XVIII» in EIRAS ROEL, A. (coord.) – *op. cit.*
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. 2.^a ed. Lisboa: Arcádia, 1975.
- LOBO, A. de Sousa Silva Costa, *História da Sociedade em Portugal no séc. XV*. Lisboa, 1904.
- LOBO, Marta – *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (sécs. XVI – XVIII)*. Ed. Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa e Ponte de Lima, 2000.
- LOUREIRO, Joaquim Ferreira – *Mobilidade Interna da População Portuguesa: os livros de registo de passaportes do concelho de Penafiel (1770-1833)*. Porto: F.L.U.P., 1997. Tese de Mestrado.
- MARTINS, J. P. de Oliveira, *Portugal Contemporâneo*. 3.^o vol., Lisboa, 1953.
- MONTEIRO, Miguel – *Migrantes, Emigrantes e «Brasileiros» 1834-1926. Territórios, Itinerários, Trajectórias*. Fafe: Ed. do Autor, 2000.
- MOULIN, Marie-Annie, «Les maçons de la Haute-Marche au XVIII^e siècle», in *Annales de Démographie Historique*, 1986.
- OLIVEIRA, António de – «Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900» in EIRAS ROEL, A. (coord.) – *Migraciones internas y médium-distance en España en la Edad Moderna*. Santiago de Compostela, 1993.
- PÉREZ CEBADA, Juan Diego – «La emigración portuguesa a Jerez» in EIRAS ROEL, A. (coord.) – *Migraciones internas y médium-distance en España en la Edad Moderna*. Santiago de Compostela, 1993, pp. 733-746.
- PICÃO, José da Silva – *Através dos campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1983.
- RIBEIRO, Orlando, «Agricultura», in *D.H.P.*, Porto, 1971, pp. 60-67.
- RODRIGUES, Henrique – *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.
- SANTOS, Carlota Maria F. – *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*. Braga: U.M.; NEPS, 1999. Tese de Mestrado.
- SANTOS, Maria Glória P. – *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*. Braga: U.M.; NEPS, 2000. Tese de Mestrado.

Resumo – Este estudo, baseado na análise do registo de passaportes internos, tem por objectivo a compreensão do fenómeno migratório principalmente dos que se especializaram num ofício – os pedreiros.

O Alto Minho, nomeadamente o concelho de Viana, assistiu, entre 1760 e 1810, a um conjunto de partidas masculinas, individuais e em grupo, com idades compreendidas entre os 16 e os 70 anos que se dirigiam sobretudo ao sul (Alentejo) e à capital com o intuito de dotar as regiões da raia de construções defensivas e reconstruir a capital, destruída pelo terramoto de 1755.

Abstract – The aim of this study, which was based on the analysis of the internal passports register, is to understand the migratory phenomenon, especially that which involved people who specialized in a craft – the stonemasons.

The Alto Minho, namely the municipality of Viana, was marked, between 1760 and 1810, by a series of male departures, individually and in groups. Those men were between the 16 and the 70 years old and went mainly to the south (Alentejo) and to the Lisbon with the aim of building high stone walls in the border and of reconstructing the city, which had been destroyed in the year of 1755 by an earthquake.